

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE FELGUEIRAS**Anúncio n.º 5964/2011****Processo: 2439/10.4TBFLG**

Insolvência pessoa singular (Apresentação)

Insolvente: Alexandre Alves Diogo

Convocatória de Assembleia de Credores nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Alexandre Alves Diogo, nascido(a) em 13-04-1951, natural de Portugal, concelho de Felgueiras, freguesia de Margaride (Santa Eulália) [Felgueiras], nacional de Portugal, NIF 132520990, BI — 03751760, Endereço: Ap. 80 Rua Lameiro Morto — Sendim, 4610-750 Felgueiras.

Dr(a). Paula Peres, Endereço: Praça do Bom Sucesso, 61, Bom Sucesso Trade Center — 5.º Salas 507 e 508, 4150-146 Porto

Ficam notificado todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi designado o dia 02-05-2011, pelas 09:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

12/04/2011. — O Juiz de Direito, *Dr.ª Deolinda Rosa Machado Pereira*. — O Oficial de Justiça, *M.ª do Carmo Cunha*.

304585795

Anúncio n.º 5965/2011**Processo: 2644/08.3TBFLG**
Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

Insolvente: Manuel Joaquim Lopes Pereira — Têxteis Sociedade Unipessoal L.ª

Manuel Joaquim Lopes Pereira — Têxteis Sociedade Unipessoal L.ª, NIF — 507613600, Endereço: Zona Industrial — Cabeça de Porca — Travassó —, Sendim, 4610-000 Felgueiras

Dr(a). Paula Peres, Endereço: R. Padre Américo, Edif. Marialva — 1.º J, 3780-236 Anadia

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: rateio final.

Efeitos do encerramento: 233.º do CIRE.

18-04-2011. — O Juiz de Direito, *Dr.ª Deolinda Rosa Machado Pereira*. — O Oficial de Justiça, *Maria do Carmo Cunha*.

304599168

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA FIGUEIRA DA FOZ**Anúncio n.º 5966/2011****Prestação de Contas (Liquidatário)**
Processo: 137/03.4TBFIG-E

Falida: Fernando Dias & Dias, L.ª

O Dr. Rogério Pereira, Juiz de Direito do 1.º Juízo deste Tribunal, faz saber que são os credores e a falida, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo Liquidatário (Artigo 223.º, n.º 1 do C.P.E.R.E.F.).

6-04-2011. — O Juiz de Direito, *Rogério Pereira*. — O Oficial de Justiça, *Aida Antunes*.

304624585

TRIBUNAL DA COMARCA DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS**Anúncio n.º 5967/2011****Processo: 237/10.4TBFVN-D, Prestação de Contas Administrador (CIRE), N/Referência: 618760**

A Dr(a). Ana Maria Gonçalves Afonso dos Reis, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente Infra

Terra — Infraestruturas e Terraplanagens, L.ª, NIF 502741406, Endereço: Lameiras, 3260-332 Figueiró dos Vinhos, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

15-04-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Ana Maria Gonçalves Afonso dos Reis*. — O Oficial de Justiça, *Nuno Miguel Farinha*.

304594356

2.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DO FUNCHAL**Anúncio n.º 5968/2011****Processo: 1557/11.6TBFUN**

Insolvência pessoa singular (Apresentação)

N/Referência: 6789781

Insolvente: José António dos Ramos e Maria Elsa Rodrigues dos Ramos

Credor: BANIF — Banco Internacional do Funchal S A e outro(s)...

Data: 19-04-2011

No Tribunal Judicial do Funchal, 2.º Juízo Cível de Funchal, no dia 18-04-2011, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

José António dos Ramos, NIF — 147356750, Endereço: Caminho da Penteada, Rua B, Bloco 4, Entrada 3, 1.º Esq., São Roque, 9020-105 Funchal

Maria Elsa Rodrigues dos Ramos, estado civil: Casado (regime: Casado), NIF — 117363693, BI — 1053135, Segurança social — 10340760145, Endereço: Caminho da Penteada, Rua B, Bloco 4, Entrada 3, 9020-105 Funchal com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. Rúben Jardim de Freitas, Domicílio: Rua dos Aranhas, n.º 5, 1.º andar, Sala D, 9000-044 Funchal.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º — CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 14-06-2011, pelas 14.00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, po-

dendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

19-04-2011. — O Juiz de Direito de turno, *Dr. Rogério da Silva e Sousa*. — O Oficial de Justiça, *Adelaide Gonçalves*.

304604301

1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GONDOMAR

Anúncio n.º 5969/2011

Processo: 3037/10.8TBGDM Insolvência pessoa singular (Apresentação)

N/Referência: 7416641

Insolvente: Ana Paula Morgado Alve

Credor: Banco Comercial Português, S. A. e outro(s).

Despacho Inicial Incidente de Exoneração Passivo Restante e Nomeação de Fiduciário nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Ana Paula Morgado Alves, nascido(a) em 20-08-1976, nacional de Portugal, NIF — 198806043, Endereço: Rua Maria Justina, N.º 30, 3.º Esq. Traseiras, Fânzeres, 4510-609 Gondomar

Administradora de Insolvência: Ana Domingues Ferreira Alves, Endereço: Rua da Piedade, N.º 43 — Sala 36, 4050-481 Porto

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra identificado, foi proferido despacho inicial no incidente de exoneração do passivo restante.

Para exercer as funções de fiduciário foi nomeado:

Ana Domingues Ferreira Alves, com domicílio profissional na Rua da Piedade, N.º 43 — Sala 36., 4050-481 Porto.

Durante o período de cessão, o devedor fica obrigado (5 anos subsequentes ao encerramento do processo de insolvência), o devedor fica obrigado a:

Não ocultar ou dissimular quaisquer rendimentos que aufera, por qualquer título, e a informar o tribunal e o fiduciário sobre os seus rendimentos e património na forma e no prazo em que isso lhe seja requisitado;

Exercer uma profissão remunerada, não a abandonando sem motivo legítimo, e a procurar diligentemente tal profissão quando desempregado, não recusando desrazoavelmente algum emprego para que seja apto;

Entregar imediatamente ao fiduciário, quando por si recebida, a parte dos seus rendimentos objecto de cessão;

Informar o tribunal e o fiduciário de qualquer mudança de domicílio ou de condições de emprego, no prazo de 10 dias após a respectiva ocorrência, bem como, quando solicitado e dentro de igual prazo, sobre as diligências realizadas para a obtenção de emprego;

Não fazer quaisquer pagamentos aos credores da insolvência a não ser através do fiduciário e a não criar qualquer vantagem especial para algum desses credores.

15-04-2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Manuela Sousa*. — O Oficial de Justiça, *Jorge Santos*.

304595369

Anúncio n.º 5970/2011

Processo de Insolvência n.º 1348/11.4TBGDM

Insolvente/Requerente: Felismina Alice de Freitas Mesquita Afonso

No 1.º Juízo Cível do Tribunal Judicial de Gondomar, no dia 12-04-2011, às 09:00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora: Felismina Alice de Freitas Mesquita Afonso,

estado civil: Casado, NIF 170080765, BI 3979565, Endereço: Estrada Exterior da Circunvalação, 651, 1.º Esq., 4435-177 Rio Tinto, com domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio. *Dra. Ana Domingues Ferreira Alves*, Endereço: Rua da Piedade, n.º 43 — Sala 36, 4050-481 Porto

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente. Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea *i* do artigo 36.º-CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias. Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda: O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham. Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE). Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 26-05-2011, pelas 13:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE). Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE). Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

15/04/2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Helena Morgado Monteiro*. — O Oficial de Justiça, *Ana Ramos*.

304592971

1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

Anúncio n.º 5971/2011

Processo: 1380/11.8TBGMR — Insolvência pessoa singular (Apresentação) — N/Referência: 7882401

Insolventes: José Carlos da Silva Cardoso e outro(s).

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial de Guimarães, 1.º Juízo Cível de Guimarães, no dia 08-04-2011, pelas 15:15 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência dos devedores:

José Carlos da Silva Cardoso, estado civil: casado (regime: comunhão de adquiridos), nascido em 23-03-1975, concelho de Guimarães, freguesia de São Torcato [Guimarães], número de identificação fiscal 206823517, Segurança Social — 10295343032, Endereço: Travessa